

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Departamento de História e Economia

Caroline de Souza Pontes

Benguela e Seus Distritos no Império Português (Finais do século XVIII)

Nova Iguaçu
Dezembro/2010

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Departamento de História e Economia

Caroline de Souza Pontes

Benguela e Seus Distritos no Império Português (Finais do século XVIII)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira, UFRRJ
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Mônica Ribeiro, UFRRJ

Prof^a. Mest. Silvana Alves Godoy, UNIABEU

RESUMO

O trabalho analisa a construção e a representação de hierarquias sociais em presídios portugueses no continente africano. A escolha por Benguela e seus distritos se deve a seu papel administrativo e comercial no período. Ressaltando o papel do comércio de escravos, o estudo analisa hierarquias construídas ao longo e pelo impacto do tráfico atlântico de cativos. Assim, busca-se entender as hierarquias moldadas por diferentes agentes sociais em sociedades africanas ocupadas por portugueses, em especial, as etárias, de gênero, cor, militar, etc. O objetivo é mapear quais estratégias indivíduos e grupos sociais utilizaram para se inserirem no Império Português de fins de Antigo Regime, cujo traço característico era uma forte hierarquização baseada na desigualdade. De certo, a coroa como cabeça, e assim, a parte mais sensível do império, fez se impor através de seus representantes administrativos, como o governador e os capitães-mores, etc. Mas a hierarquia das sociedades locais africanas levou à remodelação das hierarquias do reino, as quais foram apropriadas para a manutenção de interesses e soluções de aspectos locais.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Capítulo 1 – Benguela no Contexto do Império Português.....	9
1.1 – “A Famosa e Histórica Benguela”.....	11
Capítulo 2 – Aspectos Gerais da Capitania de Benguela na Segunda Metade do Século XVIII.....	16
Capítulo 3 – A propriedade escrava e fundiária na freguesia de Irajá.....	21
3.1 – Hierarquias Sociais na Capitania de Benguela.....	21
3.2 - Tutores e Órfãos no Presídio de Caconda.....	24
Conclusão.....	26
Mapa do <i>Hinterland</i> de Benguela.....	27
Fontes.....	28
Referências Bibliográficas.....	32

INTRODUÇÃO

O trabalho analisará as formas de classificação social da Capitania de Benguela nos finais do século XVIII, por meio do vocabulário social a partir da administração pombalina (1750-1777) que se estende ao reinado de D. Maria I (1777-1816).

A escolha da Capitania de Benguela para este estudo deve-se ao tipo de colonização que foi empreendida nesta região, onde se percebe intensa relação entre portugueses e africanos na segunda metade do século XVIII. A justificativa de nosso recorte temporal, especificamente trataremos dos anos de 1797 e 1798, está aliado ao volume do comércio de cativos, pois neste ano pontualmente o porto da Capitania de Benguela chega a ultrapassar o porto de Luanda na exportação de cativos.

Assim, entende-se que foram contribuintes os parâmetros advindos do reino, de matrizes africanas, e de uma linguagem original provinda do tráfico e da escravidão, que criaram novas formas de classificação social em Benguela.

As fontes que serão utilizadas nesta pesquisa estão situadas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), onde estão alocadas as listas de habitantes e os mapas com informações correspondentes à capitania Benguela. As listas e os mapas de habitantes informam nomes dos moradores, sexo, idade, estado conjugal, cor, ofício, etc. Ademais, há descrição de atividades econômicas, de registros paroquiais, informando a quantidade de registros de batismo, casamento e óbitos. Alude-se ainda a autoridades políticas da jurisdição dos presídios.

No aspecto metodológico, a análise qualitativa permitirá elaborar uma tipologia das formas de classificação e de hierarquias sociais moldadas por diferentes agentes sociais, mas levando em consideração os critérios que nortearam cada localidade estudada (presídios, distritos e províncias). Como o *corpus* documental possui um caráter serial, será dado um tratamento quantitativo a partir da geração de bancos de dados com informações correspondentes a cada localidade registrada nos censos populacionais, onde serão contempladas as variáveis econômicas e demográficas, dentre outras. Deste modo, visa-se dar coerência a um conjunto disperso de fontes e contemplar o objeto¹.

¹ GUEDES, Roberto. Cores da Escravidão no Atlântico Sul de Língua Portuguesa (c.1720 c.1850). Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq, 2008. Processo número 568301/2008-0.

O referencial teórico que norteia este trabalho é do antropólogo Fredrik Barth², substituindo a noção de grupos étnicos pelo de categorias sociais. Desta forma busca-se fugir do velho binômio “colonizador e colonizado”, pois, como ressalta o autor, a cultura não é feita a partir do isolamento com grupos distantes por diferenças sociais, ecológicas e barreiras linguísticas, mas sim da interação permanente. É a partir de tal interação que se torna possível compreender o contato entre portugueses e africanos, e como esta idéia se reflete na documentação utilizada. Assim, um exemplo desta interação é a assimilação de portugueses pelo vocabulário africano na classificação dos censos:

*Rellação dos Sovas desta Provincia, e pretos portentados, com suas Quicumbas, e gados que cada hum possuiue*³.

Outra questão a ser colocada pelo o autor é que os grupos sociais são formados a partir da forma que se caracterizam e pela forma que são caracterizados pelos outros. Assim, na documentação consultada é recorrente a utilização do termo *vassalo de sua Magestade* para chefes locais, sem nenhuma referência ao ritual de vassalagem⁴, e podemos comprovar isto pela ausência de nomes cristãos nas listagens de chefaturas para as sete províncias da capitania. Isto quer dizer que aqueles que são aliados da coroa são designados como tais, de forma genérica.

O trabalho do historiador Nuno Monteiro também será utilizado como referência na pesquisa que se pretende realizar no que diz respeito às tentativas da coroa portuguesa em tentar monopolizar o vocabulário da classificação social⁵. Nesse sentido, a formulação dos censos populacionais pela coroa denota a existência de uma classificação oficial cristalizada direcionada aos povos da conquista, no caso, na África. Por outro lado, tal tentativa não foi capaz de dar conta da diversidade de definições classificatórias na África, em especial em Benguela, ou seja, a *apropriação da escrita classificatória* foi obra dos benguelenses. Afinal, ainda de acordo com Monteiro, mesmo que a sociedade seja formada por corpos jurídicos ratificados, isso não implica que os corpos sociais definidos pelo direito e suas hierarquias

² BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2000.

³ O termo *Quicumba* é utilizado para designar família com todos os parentes e agregados. Ver IHGB DL 32.02. “Notícias de Benguela e Seus Distritos- 1798”

⁴ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e História*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *O Crepúsculo dos Grandes: A casa e o património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

criem uma correspondência. Assim, quanto maior a institucionalização das distinções, maior a capacidade de uma dinâmica social distinta, ainda que a coroa se esforçasse para classificar os grupos de acordo com a função social de cada um:

As mutações que afectam a composição nobiliárquica portuguesa processam-se no quadro do esforço da monarquia para controlar o vocabulário social oficial a delimitação das hierarquias. Esforço conducente a êxitos desiguais, de que o século XV, com a concessão dos títulos novos e a criação das matrículas da Casa Real, constitui um momento importante, mas que apenas nos finais do Antigo Regime alcançaria expressões paradigmáticas⁶.

⁶ MONTEIRO, Op. Cit.

CAPÍTULO 1 - BENGUELA NO CONTEXTO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Nos anos 60 inaugurou-se uma nova forma de entender as sociedades do atlântico, principalmente as do Atlântico Sul, e isto se deve ao novo olhar lançado pelo historiador Charles Boxer, na década de 60 do século XX⁷. Sua perspectiva era entender diversas regiões de ocupação portuguesa a partir da noção de império, isto fez, e continua fazendo toda diferença no olhar sobre as colônias ultramarinas portuguesas, visto que uma análise sobre qualquer região pertencente à coroa portuguesa é um importante ponto de conexão para entender o Império Português, assim, é neste sentido que se propõe um estudo sobre a capitania de Benguela. Além disso, um estudo sobre a Capitania torna-se uma oportunidade de conhecer mais sobre a História da África, já que durante muito tempo a historiografia africana abordou a história do continente de forma genérica.

Dito isto, propõe-se aqui algumas obras de referência que contribuíram para as análises que serão feitas.

A História da África durante a época moderna teve no tráfico de escravos o foco de seus debates, especialmente voltado à análise do impacto social demográfico do tráfico nas sociedades africanas e ao seu legado no continente, i. é, possível causa ou motivação de seu subdesenvolvimento. Não obstante observe a participação africana, o historiador Paul Lovejoy destaca os impactos negativos do tráfico sobre o continente a partir da escravidão moderna e do tráfico de escravos europeu. A escravidão moderna e o tráfico atlântico transformaram as estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas africanas, inclusive as formas de escravidão africana, causando a *grande transformação*⁸.

Por sua vez, John Thornton⁹ afirma que a ação dos africanos no comércio costeiro em seu continente antecedeu à chegada dos portugueses, o que os retira da posição de vítimas da história e os revela como agentes históricos, ou seja, os africanos participaram do tráfico a partir de seus parâmetros e interesses. Ao mesmo tempo, o autor destaca a interação dos africanos com outras culturas no continente americano, mas esta interação sendo utilizada

⁷ BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português - 1415-1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. Além de outros como THOMAZ, Luís Felipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. Os estudos sobre esta perspectiva já se encontram bem avançados, principalmente no que diz respeito à administração portuguesa em diversas partes do império como em RUSSELL-WOOD, J. "Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n° 36, 1998, pp. 187-249. (disponível no site: www.scielo.br).

⁸ LOVEJOY, Paul, E. *A escravidão na África. Uma História de suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁹ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

como um instrumento de resistência à escravidão, por meio de conversões religiosas, fugas, rebeliões, etc. Assim, o autor destaca a capacidade dos africanos de usarem qualquer tipo de interação a seu favor.

Tais sínteses estimularam estudos sobre o tráfico de escravos, dentre os quais se destacam, dentre outros, os trabalhos de Manolo Florentino¹⁰, Jaime Rodrigues¹¹, Roquinaldo Ferreira¹², e Mariana Candido¹³, que, para o interesse dessa pesquisa, possuem um recorte focado na região do Reino de Angola. Reino de Angola, bem entendido, que inclui, em fontes de época, Angola, Benguela, presídios, etc. Jaime Rodrigues, ao tratar do tráfico de escravos de Angola para o Rio de Janeiro, identifica, em suas aproximações e conflitos, os agentes que contribuíram para a racionalidade do tráfico de cativos, uma vez que, incluindo africanos, brasileiros e portugueses, destacam-se traficantes, marinheiros, pumbeiros, informantes, etc.

Nesta mesma direção estão as abordagens de Manolo Florentino, Roquinaldo Ferreira e Mariana Candido, autores que destacam a região de Benguela nas estimativas sobre o tráfico¹⁴, separadamente de Angola. Florentino ressaltou a participação de Benguela a partir de fins do século XVIII¹⁵. Roquinaldo Ferreira também destaca a importância do porto de Benguela, e sua superação ao de Luanda no século XVIII, ressaltando também os papéis dos “mulatos” e degredados, além do uso das “guerras pretas”, que foram intensificadas a medida que a demanda por escravos aumentava na América.

Mas é Mariana Cândido quem dedica todo seu estudo à localidade, esclarecendo de maneira mais profícua suas peculiaridades, sobretudo a interiorização do tráfico no continente a partir de Benguela, o papel das mulheres, as *donas*, os movimentos migratórios, dentre outros aspectos.

Há, ainda, as abordagens de Rosa da Cruz e Silva¹⁶, que tem reforçado os estudos sobre a região. Afirma, em geral, que os interesses dos portugueses em Benguela e as relações

¹⁰ FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹¹ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

¹² FERREIRA, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de California. Los Angeles, EUA, 2003

¹³ CANDIDO, Op. Cit.

¹⁴ O que quero dizer é que a maioria dos trabalhos realizados até o momento coloca Benguela apenas como mais um porto contabilizado para os dados do tráfico. Assim como ainda há ausência de estudos para outras regiões da África.

¹⁵ FLORENTINO, op.cit,

¹⁶ SILVA, Rosa da Cruz e. “Benguela e Brasil no final do século XVIII: Relações comerciais e políticas.” In PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

políticas daí geradas tinham o interesse único no tráfico, diminuindo o papel da capitania a mero entreposto comercial, o que não creio que seja o caso, pois o funcionamento do porto requeria uma ordenação social mínima.

Em uma outra perspectiva historiográfica, encontra-se o trabalho de Catarina Madeira Santos¹⁷, que aborda a proposta da administração pombalina para o reino de Angola, partindo da idéia de que, na segunda metade do século XVIII, Angola se enquadra no ideal de Colônia de Povoamento gerado pelo iluminismo. A autora objetiva entender como Portugal legitimou-se sobre este território africano, que, até o momento anterior, era pouco visto pelos portugueses, e como potentes africanos que ocupavam aquelas regiões foram capazes de resistir e negociar. Assim sendo, Santos parte da perspectiva de que se tentou construir um modelo de civilização contrastante ao do Antigo Regime, que integrava uma filosofia civilizadora dentro de um governo de modelo racional e universal.

O trabalho de Ana Paula Wagner¹⁸, que, analisando *corpus* documental de mesma natureza para a capitania de Moçambique, procurou perceber cada agente social da capitania a partir da classificação social imposta pela coroa, mas observando que estas classificações eram reorientadas a partir das vivências cotidianas nas conquistas. Em Moçambique, como afirma Wagner, prevaleceu critérios religiosos; a diferença entre cristãos e mouros foi um diferencial na composição hierárquica daquela sociedade local. Em suma, parâmetros religiosos, e não os das luzes orientaram as formas de classificação.

A par de suas especificidades, os estudos mencionados são exemplares para se entender a História da África, preservando cada um a sua contribuição. Mas ainda assim, há a necessidade de entender a África sob uma dinâmica das relações internas, e é por isso que um estudo sobre Benguela faz-se necessário e relevante. A questão que se propõe não é entender o todo pela parte, mas justamente compreender as realidades específicas de cada região, enfatizando a heterogeneidade própria do continente.

1.1 “A Famosa e Histórica Benguela”¹⁹

¹⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um Governo polido para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Lisboa/Paris: 2005. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em História à Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e à École des Hautes Études en Sciences Sociales.

¹⁸ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português : recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em história da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

¹⁹ O título deste item é uma alusão à famosa obra do historiador português Ralph Delgado “A famosa e histórica Benguela : catálogo dos governadores. Luanda : Governo Geral da Província de Angola, [1940?] (Lisboa: Gráfica lisbonense, 1940.

Diante da historiografia apresentada, deve-se esclarecer a possibilidade de fazer uma História da África em documentos *portugueses*. No século XIX, as sociedades africanas eram vistas de maneira depreciativa, como representantes do atraso e da falta de progresso, e o que assim as caracterizava era a ausência de escrita²⁰. A partir do século XX, a história e as *ciências auxiliares* puderam reconstruir a história da África pré-colonial a partir de documentos não escritos, como pinturas rupestres, vasos de cerâmica, a história oral, etc. Mas o que hoje se tem aspirado é a possibilidade de através de escritos coloniais portugueses ser possível compor os tecidos sociais africanos. A historiadora Isabel Castro Henriques afirma que mesmo escritos de agentes coloniais podem revelar costumes africanos, argumentando que “*não há texto, por mais ínfimo, que não preste serviços à causa da história africana*”²¹.

Portanto, a partir da documentação consultada, pode-se observar, no século XVIII, por exemplo, costumes africanos sendo descritos em fontes portuguesas para Benguela:

*Estes negros, criando tanto gado, não comem dele a carne, e só é para o vender, ou ir criando grande número, em que consiste a sua riqueza, e ostentação; mas quando qualquer destes ricos morre, então matam todo o gado que ele tem, e o comem de função nos seus gentílicos funerais, e a memória que lhe conservam é porem-lhe em cima da sepultura (que é nos caminhos, e monturos) todas as caveiras dos bois que comeram, bem escarnadas: unicamente com as armações, e com o grande número, que eles comem, lhe fica levantado um grande mausoléu, ou montão de madeira do ar, como eu vi muitos por todo este sertão de Mundombes*²².

Como se vê, contrariamente ao que afirma Henriques, que, ainda que destaque que os africanos eram sempre vistos de maneira depreciada, ou capazes de africanizar a cultura imposta pelos portugueses, reproduz uma história de resistência ao colonialismo, enxergando

²⁰ FAGE, John D., Evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J (Org.) *História Geral da África*. Metodologia e Pré-história da África. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. v. 1.

²¹ HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Casal de Cammbra: Caledoscópio, 2004, p. 89.

²² Notícia da Cidade de Benguela – 1797 – pelo Coronel Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Notícia da Cidade de S. Filipe de Benguela, e dos costumes dos gentios habitantes daquele sertão. (Transcrito dos *Annaes Marítimos e Coloniaes* (parte não oficial), série nº5 (12), 1845, pp. 486-491) Atualizou-se a ortografia, mas manteve-se a pontuação.

os africanos de maneira vitimizada, e não percebendo que, mesmo quando *absorviam* instituições europeias, estavam interagindo de igual para igual, naquele contexto social, a partir de interesses próprios.

Nos censos para a capitania de Benguela utilizados neste trabalho, constantemente, em diversas províncias, há contagem de gados dos moradores. O Tenente regente responsável pela contagem dos censos, classifica os moradores de acordo com orientações advindas do reino, sendo o volume de gado uma marca de propriedade que os hierarquiza. Por outro lado, nos escritos do agente colonial citado acima, percebemos que criar gados para os africanos possuía status de riqueza, mas também tinha um significado religioso, pois o indivíduo que ostentava um grande volume de gados garantia a legitimidade social de seu poder na comunidade, representado no momento de seu funeral, além da presença do consumo ritualístico.

Portanto, ainda que com lógicas diferentes, a propriedade animal era uma forma de hierarquizar essas comunidades locais tanto no universo cultural português como no africano, e ambas as visões de mundo coexistiam. É bem provável que com o passar do tempo a lógica comercial começasse a prevalecer para africanos conforme se intensificava a ocupação portuguesa em Benguela, contudo, revela-se um detalhe de maior importância, como era possível a interação entre agentes sociais de universos mentais diferentes, retirando o estigma de vítima do africano, visto que a interação era de igual para igual. Desta forma, cabe ao historiador o exercício e a sensibilidade de filtrar as fontes e confrontá-las para perceber as intenções, os costumes e o cotidiano de uma determinada sociedade, aqui no caso, a benguelense.

È também nesta perspectiva que o trabalho de Ana Paula Tavares e de Catarina Madeira Santos²³ apresenta uma visão diferenciada ao trabalho de Isabel Castro Henriques ao focar os *arquivos* do *soba* Caculo Cahahenda; revela-se a possibilidade de uma história da África em escritos africanos, pois os arquivos constituíam correspondências diplomáticas, cartas trocadas entre chefes de Estados africanos, ou seja, na África achou-se uma forma de construir a memória do poder, mostrando que os africanos se apropriaram da *escrita* (códigos, instituições, etc.) portuguesa em benefício próprio e quando lhes era conveniente, inclusive a usaram contra os portugueses. A escrita entre os africanos difundiu-se de várias formas, na contabilidade das transações comerciais, na convivência administrativa nos presídios, assim

²³ SANTOS, Catarina Madeira; TAVARES, Ana Paula. *Africae Monumenta. A apropriação da Escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cahahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002.

como nas feiras em que ocorria o comércio de cativos. É desta forma que procuramos construir a história de Benguela, ou seja, percebendo sua dinâmica social a partir da relação entre diversos agentes sociais.

Como afirmou o Coronel Paulo Lacerda, a respeito da História de Benguela:

*Seguindo para o sertão se encontra com um grande **embondeiro chamado das letras** (pelas muitas inscrições que nele fazem abrindo na casca) **onde põem nomes**, e ervas os que vão a primeira vez para o sertão²⁴. [grifos meus]*

Benguela faz parte da costa Ocidental da África, e está localizada ao Sul do Rio Cuanza, e ao Norte localiza-se o Reino de Angola. De maneira genérica os portugueses que adentraram afirmaram que Benguela pertencia ao que eles denominaram Reino de Angola, mas um dos aspectos que diferenciava Benguela de Angola era sua descentralização política, a autoridade política da região estava pulverizada nas mãos dos *Sobas*, que eram os chefes locais africanos, o que de alguma forma retardava alianças políticas mais intensas com os portugueses pela dispersão do poder. Um aspecto peculiar da tradição política africana era também a formação de conselhos de *Macotas*²⁵, que eram anciãos que auxiliavam os *Sobas* na resolução de problemas locais, brigas de família, estratégias de guerra, etc.

Antes mesmo de uma ocupação efetiva, Benguela era frequentada por portugueses na busca por cativos. O início da colonização em Benguela deu-se em 1617, a partir da fundação da cidade de Benguela pelo português Manoel Cerveira²⁶, onde as relações entre portugueses e africanos foram gradativamente intensificadas a partir de maiores demandas por escravos. Além disso, a região é uma das maiores exportadoras de marfim²⁷ e sua população, de maneira geral, é pastoril e cultiva gêneros agrícolas para subsistência como feijão e milho²⁸.

A ocupação portuguesa no reino de Angola se deu através de fortificações militares e presídios²⁹. Os Presídios eram fortalezas com guarnição, onde se realizava a proteção militar

²⁴ LACERDA, Coronel Paulo Martins Pinheiro, op. cit., p.56 Embondeiro é a “*residência dele era um embondeiro, o vago buraco do tronco. Tiago contava: aquela era uma árvore muito sagrada, Deus a plantara de cabeça para baixo...Os mais velhos dizem que o embondeiro, em desespero, se suicida por via das chamas. Sem ninguém pôr fogo*”. COUTO, Mia. “O embondeiro que sonhava pássaros”. in *Cada homem é uma raça*. Lisboa:Editorial caminho, 1990.

²⁵ SILVA, Alberto da Costa, *A Enxada e a Lança:: a África antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

²⁶ DELGADO, Ralph. *O Reino de Benguela (Do Descobrimento à criação do Governo Subalterno)*. Lisboa, 1945.

²⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa, Editorial Ática, 1937.

²⁸ LACERDA, Paulo Pinheiro, Op. Cit.

²⁹ CORREA, Elias Alexandre, Op. Cit.

das possessões portuguesa em África. Os presídios também tinham função comercial, pois em suas redondezas eram realizadas as feiras de escravos³⁰. Seguindo Catarina Madeira Santos, afirma-se que em Benguela até a segunda metade do século XVIII manteve-se o tipo de colonização tangencial, ou seja, não havia integração entre portugueses e africanos e nem dominação de colonizadores sobre colonizados, o contato resumia-se ao comércio, assim, após a criação da cidade em 1617, só foi fundado o presídio de Caconda, em 1680, sendo este cenário permanente até a segunda metade do século XVIII.

³⁰ Para mais definições ver RODRIGUES, Op. Cit. e CURTO, José C. *Álcool e Escravos*. Lisboa: Vulgata, 2002.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS GERAIS DA CAPITANIA DE BENGUELA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

A segunda metade do século XVIII caracterizou-se um período de relevantes transformações para o império português, especificamente a partir da administração pombalina (1750-1777), e sob a égide do reinado de D. José I. A administração do Marquês de Pombal foi marcada por reformas administrativas focadas na centralização política, ou seja, visava-se um maior fortalecimento do Estado português através de uma lógica racionalizadora e uma de suas maiores influências intelectuais foi a Academia Real de Ciências de Lisboa, onde buscou-se desenvolver um saber científico aplicado no reino e suas conquistas³¹.

Há um longo debate historiográfico que gira em torno do impacto da figura de Pombal nas orientações administrativas do império português, principalmente no que tange às conquistas³². Contudo como bem trata o historiador José Damião, deve-se levar em consideração que, apesar de o projeto pombalino pretender um modelo uniformizador para as conquistas, deve-se levar em conta os contextos regionais e locais para um melhor entendimento do período³³.

O objetivo do governo pombalino para Angola era especificamente alcançar um governo civilizado para as possessões africanas, a partir do qual a coroa implantou mecanismos como a criação de uma rede de povoações civis, incentivo ao povoamento branco e a conversão das sociedades africanas a um modelo de ocupação e uso do espaço colonial³⁴. Dentro de um modelo de governo civilizado era preciso usar de todos os instrumentos científicos possíveis para sua realização. Através das palavras de Domingos Vandelli, de 1789, podemos entender melhor as influências intelectuais que foram exercidas sobre o Marquês de Pombal:

³¹ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: O paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

³² FALCON, Francisco José Calazans. *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. Para estudos mais recentes ver GONÇALVES, Izabela Gomes. *A Sombra e a Penumbra: O Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre Centro e Periferia no Império Português (1763-1767)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em história Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

³³ RODRIGUES, José Damião. “Para o sossego e tranquilidade pública das ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos açores”. *Tempo*, nº 21, V. 11, Jul.-Dez., pp. 157- 185, 2006. Além de NEVES, Guilherme Pereira das. “Pálidas e oblíquas Luzes: J. J. da C. de Azeredo Coutinho e a Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos.” *In: Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.). Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, v. , p. 349-370.

³⁴ SANTOS. Catarina Madeira, Op. Cit.

sendo certo, que todos os ramos da economia civil, para que esta seja útil ao reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa aritmética política; assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação. [...] Sem um exame do atual estado da nação não se pode dar um passo seguro, nem seguir sistema algum vantajoso: assim além das notícias, que se vão adquirindo acerca da agricultura, e das fábricas, deve-se ter sempre em vista o estado actual da povoação, indústria, das produções, comércio, e das rendas, e despesas públicas³⁵.

Para Catarina Santos, em 1760 iniciou-se uma nova forma de colonizar a região do reino de Angola, a colonização como *invasão*, segundo a autora, foi a forma como os princípios iluministas foram estabelecidos na região. Para que este empreendimento fosse invicto era necessário encontrar um território deserto para que se instalasse estruturas completamente novas, e assim fosse colocado em prática o modelo de subordinação da população a um modelo único de ocupação do espaço. Nesse caso, Benguela era o lugar ideal, visto que sua estrutura de poder era dispersa, ou como coloca Catarina Santos, era um tipo de sociedade menos complexa.

Portanto, o que aconteceu em Benguela foi um tipo de administração *territorializante*, onde se pretendeu um domínio de fato, e também um domínio legitimado pelo direito. A ocupação no interior de Benguela a partir dos presídios é prova disto.

O projeto iluminista assentou-se no reino de Angola juntamente com matrizes culturais africanas que já estavam dadas, todavia, para além desses projetos sociais distintos, havia a permanência de práticas de Antigo Regime, baseadas no corporativismo, gerando uma miscelânea de experiências em África. Caso corrente que ilustra tais práticas são os constantes conflitos de jurisdição.

Entre 1791 e 1795, o governo da Capitania foi chefiado por Francisco Paim da Câmara Vasconcelos, que viveu intensos conflitos com o juiz de fora, cargo instituído em

³⁵ *Apud* CARDOSO, José Luís (Org.). *Portugal como problema. A economia como solução (1625-1820). Do Mercantilismo à Ilustração*. (volume V). Lisboa: Fundação Luso-Americana/Público, 2006.

Benguela em 1779. Ambos os cargos usufruíam poderes independentes, e a denúncia do governador ao juiz de fora era a acusação de que o dito protegia os contrabandistas^{36 37}.

O Juiz de Fora era natural de Benguela, e o Governador natural do Reino. Em um primeiro momento, observa-se um conflito entre os interesses régios no controle do comércio de escravos por parte do governador, e os interesses pessoais do juiz de fora. Presumi-se que o conflito entre ambos surgiu de uma invasão de jurisdição, já que ambos os poderes independentes chocavam-se por interesses comuns, aceite que é prática comum em África funcionários régios, principalmente governadores, participarem dos lucros do tráfico³⁸. Se estivessem dentro de suas alçadas de poder, os oficiais não teriam entrado em choque, mesmo que os respectivos em suas funções utilizassem de suas competências em benefício próprio³⁹.

Ainda assim, como foi expresso nas diretrizes intelectuais citadas anteriormente, as intenções do projeto pombalino em África foram manifestas, por exemplo, na “*Relação de moradores do Distrito das Vilas de Icau, Muquiama e Quilengues contendo nome, idade, estado, emprego, gados, petrechos de sua majestade, órfãos, sobas e seu território que reconhecem e tributam vassalagem*”⁴⁰. A partir da *Relação* é possível verificar que os objetivos do Marquês foram colocados em prática, pois tal fonte, dentre outras de natureza similar, faz parte de um *corpus* documental presente em várias partes do império⁴¹.

De maneira geral o *corpus* se divide em mapas e listas, que indicam nomes dos moradores, idade, estado conjugal, cor, ofício, etc. São, portanto, informações de caráter serial. Além disso, também há descrição de atividades econômicas, de aspectos comportamentais, de autoridades políticas e jurisdições (sobas, quimbares, etc.). Os mapas de população aludem a uma coletividade abstrata, e as listas remetem a uma descrição do

³⁶ AGUIAR, Pascoal Leite. Administração Colonial no Congo, em Angola e em Benguela. Volume II. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2006.

³⁷ A Famosa e Histórica Benguela. Catálogo dos Governadores: 1779-1940. Edição do Governo da Província.

³⁸ ANTUNES, Luis Frederico Dias, "Como continuar a ser português em terras de Africa : quotidiano e conforto em Moçambique setecentista " in FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.). *Na Trama das Redes. Política e negócio no império português. Século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

³⁹ HESPANHA, António Manuel; BARRETO, Ângela Xavier. *As Redes Clientelares*. O Antigo Regime, 4º volume (dir. José Mattoso), coord. António M. Hespânia. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 339-349

⁴⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). DL 32.02. 10.

⁴¹ Maria Luiza Marcílio, caracteriza como proto-estatístico o período situado entre 1750 e 1872, contexto ainda inviável à realização de uma análise demográfica nas conquistas, pois os dados eram superficiais MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 2000. O caso da África portuguesa é bem parecido, pois os capitães-mores não raro não conseguiam contabilizar a população dos sertões, o que contrariava códigos culturais africanos. Chefes locais não deixavam contar seus povos "pelo agouro q' nisso tem." IHGB DL 32.02.

domicílio isoladamente, ou seja, são levadas em consideração as informações dadas pelos membros dos domicílios⁴².

Apesar de uma larga distância entre as informações requeridas pelas autoridades e as estimativas produzidas pelos recenseadores nos sertões de Benguela, a coroa fez-se presente, o que se nota pelo regimento do Governador de Benguela, feito pelo Conselho Ultramarino para a Capitania. O conteúdo do regimento deixa bem claro as perspectivas almejadas pela Coroa em relação à região, que são muito bem refletidas no censo realizado ao longo do ano de 1797, um ano após seu registro na Câmara Municipal de Benguela, em 03 de Abril de 1796⁴³. Segue o 4º capítulo do regimento:

O mesmo q' determino com a Matriz dessa cidade de S. Felipe de Benguela se deve entender com as Igrejas do certão, procedendo o governador a exactar informaçoens do seu actual estado da conduta dos respectivos parocos, e de tudo quanto se lhe offerecer do serviço de Deos concernente a instrução dos Catholicos, e do baptismo dos sovas depois de saberem o catecismo dandome de tudo circunstanciada conta pelo Meu Tribunal do Conselho Ultramarino, p.a elle ser prez.e em consulta, e Eu dar as primeiras [sic] providencias , q' exigir a grad.e da materia e couberem possivel do lugar e da distancia⁴⁴[sic]

Segue o título da lista com informações sobre a vida religiosa da capitania:

O Sn'r Reverendo Vigario da Igreja Paroquial de Benguela, em virtude das ordens de sua Magestade, certificará ao pé desta o seguinte, os Ministros Ecleziasticos que vivem nessa Capitania, quantas Igrejas há na dita edificadas, que rendimento annoal certo tem, que alfaias ornão e servem nos templos, das que há abondancia, e das que ha falta, e devem ser renovadas para o culto divino refazer com mais aderencia devida, assim mais os baptismos, Cazamentos, e

⁴² GUEDES, Roberto, Op. Cit.

⁴³ COUTO, Carlos. Regimento de Governo Subalterno de Benguela. in Studia, Volume 45, Lisboa: Janeiro/Junho-1981.

⁴⁴ IHGB DL 76,02.02. "Regimento do Governo de Benguela"

*obitos q haverão em todo anno passado de 1797. Quartel Governador de Benguela 10 de janeiro de 1798*⁴⁵. [sic]

O historiador Carlos Couto⁴⁶ afirma que o regimento de Benguela não teve eficácia, já que foi revogado pelo Governador de Angola, pois Benguela era Capitania subordinada à Capitania de Angola, apesar de sua independência desde 1779. O argumento do Governador de Angola era de que o regimento não dava conta da realidade da Capitania. Entretanto, como se pode perceber, há uma clara relação entre o regimento e lista com as informações sobre a vida religiosa da Capitania de Benguela. Isto revela que pelo menos quanto a forma dos censos e os saberes produzidos sobre a capitania, o regimento foi eficaz.

Contudo, deve-se deixar claro, que esta pesquisa está muito distante de pretender verificar a eficácia da administração pombalina em Benguela. O que se quer destacar é que a partir do *corpus* documental produzido por influência do regimento de Benguela e das listas e mapas que lhe seguiram, pode-se estimar um saber sobre a história da África em possessões portuguesas. De certo, a monarquia foi vitoriosa ao produzir um saber que possibilitasse a centralização administrativa, e assim obter o monopólio da classificação social⁴⁷.

Por outro lado, a sociedade benguelense não era passiva, i. é, as hierarquias sociais locais africanas levaram à remodelação dos parâmetros hierárquicos vindos do reino, os quais foram apropriados em função de interesses locais. Da mesma forma, africanos reinventaram seus códigos culturais a partir do impacto externo dos portugueses, e até mesmo por destino de seus próprios processos históricos⁴⁸. Portanto, almejamos construir uma história da África, encarando os diversos agentes sociais, lançando mão do seu poder de ação, e neste caso, os censos portugueses são um convite à análise, pois, por meio de sua observação, é possível perceber como diversos agentes sociais (re)significam seus mundos.

45 IHGB DL 32,02.12.

46 COUTO, Carlos, Op. Cit.

47 MONTEIRO, Nuno, Op. Cit.

48 SANTOS, Op. Cit.

CAPÍTULO 3 – O MUNDO CRIADO PELA PALAVRA: CLASSIFICAÇÃO SOCIAL EM BENGUELA.

3.1 – Hierarquias Sociais na Cidade de Benguela

O tráfico, de fato, foi o agente regulador das relações sociais em África, principalmente em Benguela, cujo porto em fins do século XVIII foi um dos maiores exportadores de cativos⁴⁹. Portanto, a proposta é identificar que formas hierárquicas foram construídas ao longo do impacto do tráfico, levando em consideração que Benguela se enquadrava nos quadros da monarquia portuguesa, e fez-se necessário uma remodelação de hierarquias oriundas do reino às realidades locais de sociedades africanas.

Por exemplo, na Cidade de São Felipe de Benguela, a cidade próxima ao porto onde se realizava o comércio de escravos, observamos claramente pela disposição documental que o traço de diferenciação além de livre e escravos, era também o título de habitação, pois nesta localidade em especial possuir uma casa de telha era símbolo de status. Primeiramente, distinguiam-se residentes que moravam em casas com seus agregados, entre os quais, escravos, forros, parentes e órfãos:

Deziderio joze da costa homem branco de idade de 30 annos solteiro negociante cazas de telha terras tem 8 escravos machos manoel=sapateiro,joze=joam=joaquim=gregorio=domingoos supriano=ejoão aprendizesz=e 7 ditas femias thereza=narciza=maria=roza=catharina joanna=e gertrudes=tem mais 1 sua filha mulata de idade de 5 annos dona maria joze da costa, esta tem 1 escravo seo antonio=tem mais na dita caza mulheres forras de seu serviço florenzia gomes cabral preta de idade de 20 annos solteira, e ana maria da conceição mulata de idade de 40 annos solteira, tem mais 2 homens brancos antonio lopes de idade de 25 annos solteiro e manoel simoens de idade de 21 annos solteiro e mais 2 negros forros seos agregados Joaquim= e ventura⁵⁰. [sic]

⁴⁹ FERREIRA, Roquinaldo do Amaral. Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e o comércio lícito em Angola. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996.

⁵⁰ IHGB, DL 32.02

E em seguida as senzalas:

Sanzala com 6 cazas de palha 1ª Anna=com seu Filho Jozé pretos forros 2ª Lucrecia preta escrava de D.Anna 3ª Catharina escrava do preto forro Franco cujo se acha no Certam 4ª Maria escrava do do preto 5ª Thereza preta forra 6ª Capombo=escrava da dita⁵¹. [sic]

Na relação de moradores, verificam-se formas de hierarquias sociais entre os escravos. Aqueles que moravam com seus senhores majoritariamente tinham ofício, sendo em alguns casos aprendizes do ofício de seus senhores. Já os que residiam nas senzalas, eram aqueles que geralmente não possuíam ofício algum. Em relação às mulheres também existe essa distinção, provavelmente as escravas que cuidavam dos serviços domésticos residiam nas moradas de seus senhores, e as que não exerciam tal função moravam nas senzalas.

Há também menção a forros, mas aqueles que após o cativo seguiram seus senhores, como foram mostrados acima, juntaram suas liberdades com a oportunidade de estarem próximos de homens de representatividade social, gerando uma forma de distinção social em relação a outros forros. Diferenciando-se daqueles que moravam em senzalas e não tiveram em suas trajetórias relações sociais que lhe possibilitassem tal elemento de diferenciação.

Na realidade, a pesquisa ainda tem muito por avançar, e neste sentido, questiona-se a quantidade de forros listados, ou melhor, discute-se a recorrência do termo, visto que era uma prática ligada ao âmbito jurídico na tradição portuguesa. Assim, faz-se necessário averiguar quais são as relações e parâmetros que designam um forro, o peso e a representação que o termo possui em África. Muito provável também que forros residentes em senzalas possuíam um maior grau de autonomia.

Em relação aos moradores, a cidade dividia-se em duas bandas: norte e Sul.

Moradores da Banda Sul

	Branco	Preto	Mulato	Pardo
Homens	24	16	12	x
Mulheres	x	1	3	x

⁵¹ IHGB, DL 32.02

Total	24	17	15	x
--------------	-----------	-----------	-----------	----------

Moradores da Banda Norte

	Branco	Preto	Mulato	Pardo
Homens	33	8	x	9
Mulheres	x	3	x	12
Total	33	11	x	21

No presente momento, observa-se uma fluidez na hierarquia do espaço social, que abre possibilidades para diversas formas de prestígio social. E o exemplo da Cidade de Benguela é significativo, verifica-se 56 moradores ao sul da cidade, sendo 24 brancos, 17 pretos, e 15 mulatos, com ausência de pardos. Entendendo ser a cor uma categoria social, e uma das formas de hierarquização social corroborada pela escravidão, a maioria branca representaria uma parcela significativa dessa elite local, que em sua maioria estava ligada ao comércio de cativos.

No entanto, deve-se atentar para o fato de que se tais moradores estão arrolados no censo régio, de alguma forma eles satisfaziam parâmetros locais de representatividade social. Tais critérios estavam na cor, pois elas são mencionadas, e também para além da afirmação dela. No caso dos 17 pretos, 16 eram homens e uma era mulher, dentre os homens pretos, 9 eram oficiais da milícia dos Henriques, o que revela a patente militar como também uma forma de inserção social, particularmente esta, que possuía um status diferente das tropas regulares, primeiro por ser milícia, o que propõe uma distinção social, e segundo por ter sido utilizada em diversos empreendimentos no contexto da expansão do Império Português. Além disso, a milícia dos Henriques, apesar de se constituir no Brasil e ser composta por homens pretos, chega na África com estatuto de instituição portuguesa, o que revela a apropriação por africanos de instituições portuguesas como forma de ascensão social.

O preto Matheus Francisco de Souza, além de ser Capitão dos Henriques, era o segundo maior proprietário de escravos da banda sul da cidade com 35 cativos, e era também negociante, ou seja, estava envolvido na rede do tráfico de escravos. O caso do capitão revela-se uma trajetória de ascensão social, pois a partir dos serviços prestados à coroa servindo na milícia, ele pode também adentrar no comércio volumoso de cativos, que era mais rentável, e

ficava restringido à maioria dos brancos da cidade, além de ter-lhe possibilitado angariar uma grande quantidade de cativos, ficando atrás em número de cativos somente da mulata Dona Joana Gomes, que era viúva e tinha 50 escravos.

Na cidade de São Felipe é possível também identificar formas de distinção social em escala micro, pois na banda sul da cidade encontra-se frequentemente a referência de cor mulato, como acima foi exposto. Já na banda norte da cidade menciona-se todas as outras categorias como branco e preto, mas há ausência da designação mulato, e uma maior menção a pardos, e vice-versa. A hipótese levantada é que essas duas formas de designação seriam equivalentes, podendo diferenciar-se por apenas fazerem parte de um vocabulário social costumeiro distinto. No entanto, esta é uma hipótese que precisa ser avaliada mais de perto.

3.2 Tutores e Órfãos no Presídio de Caconda

Para entender como instrumentos de hierarquização social são construídos localmente, empreendemos uma análise das relações entre tutores e órfãos no presídio de Caconda, no ano de 1797, assim procuramos traçar o perfil social dos tutores, visto que para tal função era necessária uma representatividade social mínima. O cuidado com os órfãos dentro dos parâmetros do reino era função do juízo de órfãos, que era uma função exercida no interior da câmara municipal, a função do juiz de órfãos era cuidar dos bens dos órfãos até a idade de 25 anos, segundo as Ordenações Filipinas cumpria também aos juízes mandar o que for necessário para o mantimento dos órfãos, vestimenta e calçado. Mas pelo contexto da colonização de Benguela, sabemos a ausência que a capitania possui de um corpo de magistrados. Assim, o que se percebe é um re(arranjo) local no trato com os órfãos.

Antes de analisarmos as relações entre órfãos e tutores, cabem aqui algumas informações esclarecedoras sobre o presídio de Caconda. Segundo os dados fornecidos pelos censos, o presídio possuía um total de 146 habitantes, divididos entre 18 brancos, 52 pretos, e 76 pardos. Percebemos a partir desta informação que a tentativa de Pombal de um povoamento branco agente de uma proposta cultural civilizadora não deu certo, pois o grosso da população é formada por africanos e mestiços, e com certeza são esses homens que ocupavam os maiores cargos militares, atuavam na administração eclesiástica. Por outro lado, a minoria branca majoritariamente se ocupava do comércio de escravos.

No que tange à relação dos órfãos, foram listados 91, onde 3 são brancos, 72 são pardos e 16 pretos. Tais órfãos são cuidados por 32 tutores, sendo 23 homens e 9 mulheres.

No caso das mulheres, a maioria de 7 era viúva e seus órfãos são seus filhos; as demais eram solteiras. Na relação entre órfãos e tutores, os 3 órfãos brancos são filhos de seu tutor, a mãe, e nas outras relações não há empecilho de cor, pretos cuidam de pardos e pretos, e vice-versa. Já entre os tutores homens, há 15 homens solteiros e 8 casados. Dos tutores brancos, um deles possui a quarta maior propriedade em mantimentos, mas o maior proprietário de escravos é um tutor pardo.

Todavia, chama atenção a quantidade de tutores solteiros em relação aos casados, pois, dentro dos valores hierárquicos portugueses, o papel da casa é fundamental, além de a responsabilidade de cuidar de um órfão requerer algum *status* social para tal tutor. Cada tutor responde em média por 2 a 3 órfãos, e o tutor com maior número de órfãos é o preto solteiro Pedro Menezes, com 14 órfãos. Nossa principal hipótese nesta pesquisa é que esses homens solteiros possuem *status* social suficiente para se tornarem tutores por causa do ofício mecânico que os acompanham, ou seja, o fato de ser solteiro não impedia a tutoria. Esta idéia é aferida por uma listagem específica, com a relação dos oficiais mecânicos do presídio de Caconda, onde são contabilizados 201 oficiais como alfaiates, sapateiros, ferreiros, etc.

Um indício que liga a representatividade social dos moradores do presídio de Caconda aos ofícios mecânicos é o fato dessa lista específica de ofícios não existir em censos de outros 6 presídios africanos consultados. Deste modo, acredita-se que os tutores solteiros agregavam os órfãos a seus ofícios, e os órfãos a partir do aprendizado de um ofício garantiam o sustento futuro, reproduzindo hierarquias sociais do Presídio de Caconda.

O mais interessante nos censos realizados para o presídio de Caconda são os ricos detalhes que o tenente-regente escreve nas observações, e que nos revelam mais peculiaridades sobre as formas de construção de hierarquias em África. O tenente-regente é bem claro ao classificar os diversos ofícios. Primeiramente ele afirma que todos os pretos são barbeiros e esteiros, ou seja, a maioria está ligada às práticas medicinais e possuem habilidades em fazer esteiras, e telhados. Isso nos revela que o ofício mecânico em África foi uma apropriação dos africanos por instituições portuguesas.

CONCLUSÃO

Portanto, o intuito é entender dinâmicas sociais de sociedades africanas não somente a partir das demandas exteriores, reduzindo sua função a meros entrepostos comerciais de escravos e à sustentação de outras colônias, mas de posicioná-las no império português no Atlântico Sul. Para a compreensão deste império em nível local.

Sabemos que ainda há muitos dados para analisar para a Capitania de Benguela, mas este é um trabalho que será desdobrado futuramente.

FONTES

Fontes Manuscritas:

DL 32,02.01

Relação dos sobas potentados, souvetas seus vassallos e sobas agregados pelos nomes das suas terras, que tem na capitania de Benguela. Dividindo em sete partes e províncias para melhor conhecimento da capitania: 1o. província da cidade de Benguela; 2o. província de Quilengues; 3o. província do Presídio de Caconda; 4o. província do Ambo; 5o. província de Galangue; 6o. província de Bailundo e 7o. província do Bié.

DL 32,02.02

Relação de Manuel José de Silveira Teixeira sobre os moradores da cidade de São Felipe de Benguela separados por cor, idade, emprego, título de habitação, ofícios mecânicos e quantos mestres e aprendizes existem.

DL 32,02.03

Relação de José Caetano Carneiro, primeiro tenente, da metade dos moradores da parte do norte da cidade de São Felipe de Benguela, de ambos os sexos, cor, escravos sem nomes, empregos e estados. Relação de senzalas às quais pertencem.

DL 32,02.04

Ofício de Antônio José Fernandes, [capitão-mor], a Alexandre José Botelho de Vasconcelos, governador de Benguela, sobre a relação exata dos moradores da província e a dificuldade em tê-la, visto que os moradores desta se acham distantes uns dos outros. (Cópia posterior)

DL32,02.05

Relação de Antônio José Fernandes, capitão-mor, a Alexandre José Botelho de Vasconcelos, governador de Benguela, dos moradores e de seus filhos desta província.

DL 32.02.06

Carta dirigida ao governador sobre a ausência de sacerdotes

DL 32,02.07

Relação de diligência do alferes Alexandre José Coelho de Sousa para [Alexandre José Botelho de Vasconcelos], governador de [Benguela], acerca da descrição do Sítio de Catumbela e as relações das casas dos moradores, libatas e cubatas. Relações das casas dos

Sítios de Quissegueli, Quiboá, Sende e dos arimos, com relação nominal e de estado de seus proprietários do Sítio de Quiongorola, Quibira, Piaba, Rios de [Sena], Brabolo, Massaca, Sítio do Louro, Cahina, Golungo, Sítio de Caconda, Sítio de Porto de Gade e Currais de Quiboá.

DL 32,02.08

Diligência de Antônio Fernandes da Silva, tenente da infantaria sobre o Distrito de Dombe Grande e Dombe Pequeno, a situação das bimbás e mais salinas do Tenda e do Grangel e das libatas dos moradores. (Cópia posterior).

DL 32,02.09

Relação dos Souvas e souvetas pertencentes a jurisdição do Guissongue, Guibulla e H'umbo de q' sou Capitão e Regente pr. nomeação do Illmo. Sor. Govor. Da Capitania de Benga. Alexandre Jozé Botelho de Vascoselos, Cavalheiro professo na Ordem de Sm. Bento de Avis.

DL 32,02.10

Relação de moradores do Distrito das Vilas de Icau, Muquiama e Quilengues contendo nome, idade, estado, emprego, gados, petrechos de sua majestade, órfãos, sobas e seu território que reconhecem e tributam vassalagem.

DL 32,02.11

Carta de Luís da Cunha de Oliveira Santa Rosa para o governador enviando relações dos sovas grandes do Lumbo e sovetas seus subordinados e das pessoas que possuem escravos em Quibula e Quissanje. Comenta sobre a produção de frutas, café, cacau e anil.

DL 32,02.12

O Sn'r Reverendo Vigário da Igreja Paroquial de Benguela, em virtude das ordens de sua Magestade, certificará ao pé desta o seguinte, os Ministros Ecleziasticos que vivem nessa Capitania, quantas Igrejas há na dita edificadas, que rendimento annoal certo tem, que alfaias ornão e servem nos templos, das que há abundancia, e das que ha falta, e devem ser renovadas para o culto divino refazer com mais aderencia devida, assim mais os baptismos, Cazamentos, e obitos q haverão em todo anno passado de 1797. Quartel Governador de Benga. 10 de janeiro de 1798.

DL 32,02.13

Ofício do vigário Gervani Antônio Pereira Carneiro a [Alexandre José Botelho de Vasconcelos], governador e capitão geral de Benguela, informando haver na cidade três

eclesiásticos, uma igreja dentro da cidade, outra em construção, uma dentro da fortaleza, em Caconda e uma em Quilengues, a qual não tem rendimento certo, ostentando mil réis fora o pé de altar e sem fábrica alguma. Informa que houveram seis mil cento e sessenta e dois batismos de escravos que foram para os portos do Brasil, seis casamentos e oitenta falecimentos no ano de 1797.

DL 32,02.14

Ofício de Alexandre José Botelho de Vasconcelos, [governador e capitão general de Benguela], para Inácio Leitão Ribeiro, escrivão dos Órfãos Geral e Crime, sobre a relação de órfãos pupilos e menores de ambos os sexos que há na capitania. Anexo relação feita pelo escrivão em 17/01/1798.

DL 32,02.15

Relação das pessoaz que nesta Capitania de benguela recebem soldos, ordenadoz, o ordinarias: que quantia vensem por anno, se andão bem pagas ou não, eporque cauza.Gel. Govor de benguela 10 de Janeiro de 1798.

DL 32,02.16

Relação de José Caetano Carneiro, primeiro tenente, com as pessoas que moram na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Benguela.

DL 32,02.17

Rellação mais petrechos pertecentes a Pessa de Campanha de bronze de 28 de 9bro. 1797.

DL 32,02.18

Rellação dos Armantos. Da Compa. De Artelharia a 28 de 9bro. De 1797.

DL 32,02.19

Rellação dos Armantos. E mais pertences da Compa. De Infantaria que guarnesse a Cide. de S. Felipe de Benguela a 10 de janeiro de 1798.

DL 32,02.20

Mapa feito por Alexandre José Botelho de Vasconcelos, governador e capitão general de Benguela, das duas Companhias de Infantaria e Artilharia de Benguela.

DL 32,02.21

Mapa feito por Alexandre José Botelho de Vasconcelos, governador e capitão general de Benguela, dos armamentos e munições das Companhias de Infantaria e Artilharia de Benguela.

DL 106,15

Apontamento sobre a viagem feita pelo Exército ao reino de Benguela sob o comando de Domingos da Fonseca Negrão, capitão de infantaria do Regimento de Angola, por ordem de d. Antônio Álvares da Cunha, governador de Angola, com o objetivo de castigar os sobas cabundos por se rebelarem contra os sobas vassalvos de Portugal, impedindo o comércio naquela região.

DL 32,12.02

Notícia de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, coronel de infantaria, sobre as conquistas na província de Mossul, descreve os lugares que passou com seus soldados e as batalhas que tiveram em 1791. Comenta o trabalho dos missionários e a presença de feitiçaria entre as povoações. Situa geograficamente a cidade de Luanda e comenta a navegabilidade de seus rios. Informa sobre o contrabando de escravos feito pelas nações estrangeiras no Quitumbo, que prejudica o comércio dos portugueses de Angola e a respeito da conquista dos régulos que assinaram termo de vassalagem a [d. Maria I] em 1791.

DL 31,05

Relação feita por João da Costa Frade, do Presídio de Caconda em Benguela, sobre moradores, escravos, forros, mantimentos e gados existentes no presídio.

Fontes Impressas:

AGUIAR, Pascoal Leite. *Administração Colonial no Congo, em Angola e em Benguela*. Volume II. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2006.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa, Editorial Ática, 1937.

DELGADO, Ralph. *A famosa e histórica benguela: catalogo dos governadores - (1779 a 1940)*. Lisboa: Edições cosmos, 1940.

_____, Ralph. *Ao sul do Cuanza: (ocupação e aproveitamento do antigo reino de benguela)*. Lisboa: [s.n.], 1944.

_____, Ralph. *O Reino de Benguela (Do Descobrimento à criação do Gôverno Subalterno)*. Lisboa, 1945.

_____, Ralph. *Historia de Angola*. [S.l.] : [s.n.], 1955.

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de S. Filipe de Benguela, e dos costumes dos gentios habitantes daquele sertão. *Annaes Marítimos e Coloniaes* (parte não oficial), série nº5 (12), 1845, pp. 486-491).

Livros, teses, dissertações e artigos

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BARRETO, Ângela Xavier. “Tendências Historiográficas da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social”. In *Revista Penélope*, nº 22, 2000.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2000.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

CAMPOS, Adriana; Sampaio, Antonio J; Fragoso, João; Florentino, Manolo. (Orgs.). *Nas Rotas de Império*. Vitória / Lisboa: EDUFES / IICTP, 2006.

CANDIDO, Mariana Pinho. *Enslaving frontiers: Slavery, trade and identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto: Graduate Program in History, York University, 2006.

CARDOSO, José Luís (Org.). *Portugal como problema. A economia como solução (1625-1820). Do Mercantilismo à Ilustração*. (Volume V). Lisboa: Fundação Luso-Americana/Público, 2006.

- COUTO, Carlos. Regimento de Governo Subalterno de Benguela in *Studia*, Volume 45, Lisboa: Janeiro/Junho-1981.
- CURTO, José C. *Álcool e Escravos*. Lisboa: Vulgata, 2002.
- FERREIRA, Roquinaldo do Amaral. *Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e o comércio ilícito em Angola*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996.
- _____, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Califórnia. Los Angeles, EUA, 2003.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____, Manolo(Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- _____, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.). *Na Trama das Redes. Política e negócio no império português. Século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
- FROBENIUS, Leo. *A Gênese africana: contos, mitos e lendas da África*. São Paulo: Lindy Editora, 2005.
- GONÇALVES, Izabela Gomes. *A Sombra e a Penumbra: O Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre Centro e Periferia no Império Português (1763-1767)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em história Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- GUEDES, Roberto. *Cores da Escravidão no Atlântico Sul de Língua Portuguesa (c.1720 c.1850)*. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq, 2008. Processo número 568301/2008-0.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e História*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

- HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Casal de Cammbra: Caledoscópio, 2004
- HESPANHA, Antônio M. “Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime”. *In Ler História*, nº 8, 1986.
- _____, António Manuel; BARRETO, Ângela Xavier. A Representação da Sociedade e do Poder in *História de Portugal. O Antigo Regime*, 4º volume (dir. José Mattoso), coord. Antônio M. Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 113-140.
- _____, Antônio M. "Por que é que foi "portuguesa" a Expansão Portuguesa? ou O Revisionismo nos Trópicos in *Actas do colóquio O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.
- HEYWOOD, Linda M (org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ISSACMAN, Allen e ISAACMAN, Bárbara. *Escravos, Esclavagistas, Guerreiros e Caçadores*. Maputo: CIEDIMA, 2004.
- LEVI, Giovanni. “Reciprocidad Mediterránea”. In *Revista Tiempos Modernos*. Buenos Aires, nº. 2, 2002.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARCÍLIO. Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. In *Análise Social*, v. XXII, 141, 2º, p. 335-368, 1997.
- _____, Nuno Gonçalo F. *O Crepúsculo dos Grandes: A casa e o património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- NEVES, Guilherme Pereira das. “Pálidas e oblíquas Luzes: J. J. da C. de Azeredo Coutinho e a Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos.” In: Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, v. , p. 349-370.
- PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- PANTOJA, Selma. "Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII" in Revista Lusófona de Ciências das Religiões. Lisboa, 2004, nº 5/6.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- RODRIGUES, José Damião. "Para o sossego e tranquilidade pública das ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos açores". Tempo, nº 21, V. 11, Jul.-Dez., pp. 157- 185, 2006.
- RUSSEL-WOOD. A. J. R. "Governantes e Agentes". In BETHENCOUT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*, volume III. Lisboa: Círculo de leitores, 1988.
- SANTOS, Catarina Madeira; TAVARES, Ana Paula. *Africae Monumenta. A apropriação da Escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cahahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002.
- SANTOS. Catarina Madeira. *Um Governo polido para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Lisboa/Paris: 2005. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em História à Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e à École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- SERAFIM, Cristina Maria S. *As Ilhas de São Tomé no Século XVII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- SILVA, Alberto da Costa, *A Enxada e a Lança:: a África antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.